

**PENDULARIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE
(RMCG)**

**COMMUTING IN THE METROPOLITAN REGION OF CAMPINA GRANDE
(RMCG)**

Weyne Saraiva Bezerra Neto¹
Silvana Nunes de Queiroz²
Ricardo Monteiro de Carvalho³

RESUMO

Tendo em vista a ausência de trabalhos voltados para regiões metropolitanas localizadas no interior do Nordeste, o presente trabalho objetiva, primordialmente, analisar o movimento pendular na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG). Para tanto, faz-se uso dos microdados do Censo Demográfico de 2010. Os principais resultados apontam, na perspectiva pendular, o destaque para a metrópole central, Campina Grande, que evidencia grande desproporção se comparada com os demais entes administrativos, quando consegue atrair pelo menos 70% do montante de trabalhadores e estudantes. Partindo da premissa de que a institucionalização de uma Região Metropolitana deve ser pautada no desenvolvimento comum, esta pesquisa consegue deixar claro um viés contraditório, em que apenas um ente parece se beneficiar com a criação da RM, além de apresentar quase nenhuma característica para tipificar como uma metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: RMCG. Institucionalização. Pendularidade.

ABSTRACT

In view of the absence of works aimed at metropolitan regions located in the interior of the Northeast, the present work aims, primarily, to analyze the commuting movement in the Metropolitan Region of Campina Grande (RMCG). For this purpose, microdata from the 2010 Demographic Census is used. The main results point out, in the commuting perspective, the emphasis on the central metropolis, Campina Grande, which shows great disproportion when compared to the other administrative entities, when it manages to attract by the least 70% of the amount of workers and students. Starting from the premise that the institutionalization of a Metropolitan Region must be based on common development, this research manages to make clear a contradictory bias, in which only one entity seems to benefit from the creation of the RM, in addition to presenting almost no characteristics to typify how a metropolis.

KEYWORDS: RMCG. Institutionalization. Commuting.

ÁREA DE SUBMISSÃO: 14 - População, migração e desenvolvimento

CLASSIFICAÇÃO JEL: R23 J19

¹ Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: weyne.bezerra@urca.br

² Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: silvana.queiroz@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: ricardo.monteiro@urca.br

1. Introdução

Com o advento da Revolução Industrial, a questão urbana passou a ganhar importância significativa no modelo de produção capitalista, uma vez que o avanço tecnológico trouxe consigo o “inchaço das cidades” e, conseqüentemente, uma nova necessidade de organização espacial. Levando isso em conta, algumas cidades passaram a evoluir mais do que outras, ao ponto de serem capazes de exercer influência sobre as demais circunvizinhas, criando, assim, para além do espacial, a chamada metropolização do espaço.

Diante dessa dinâmica de expansão e de influência de uma cidade central, tem-se o fenômeno conceituado como conurbação. Este processo é observado a partir do momento em que uma determinada entidade político-administrativa exacerba suas características políticas, econômicas e espaciais sobre entes próximos, dando origem a uma “nova roupagem” espaço-urbana, precisamente, as cidades que fazem parte das regiões metropolitanas (SANTOS; PEIXINHO, 2015).

A evolução dos espaços supracitados incitou a ação estatal na tentativa de regular as institucionalizações das regiões metropolitanas. Dois importantes períodos marcam essas ações estatais, o primeiro refere-se ao período militar que, com base na Constituição Federal de 1967, permitiu, por Lei Complementar, a União criar Regiões Metropolitanas (RM's) (CASTRO; HOLANDA, 2018).

O segundo tem como base a Constituição Federal de 1988, que deu poder aos estados para instituir, mediante Lei Complementar, novas regiões metropolitanas, bem como aglomerações urbanas e microrregiões, de acordo com Art. 25, inciso 3º (MOURA et al., 2006).

Nesse contexto, no Brasil, entre 1973 e 1974, nove RM's foram instituídas, todas em capitais. Mas, a partir do momento em que a Constituição de 1988 entrou em vigor até o presente tempo, cerca de setenta e quatro (74) RM's foram criadas, sendo que 23 delas situam-se no interior do Nordeste. Dentre estas, a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (RMSM) é a mais antiga (2005) e a RM de Sobral a mais recente (2016).

No período mencionado, foi instituída a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), localizada no estado da Paraíba, que conta com 12 RM's. A RMCG foi criada em 2009, através da Lei Complementar nº 92, contando com 23 municípios integrantes, sendo estes: Lagoa Seca, Massaranduba, Alagoa Nova, Boqueirão, Queimadas, Esperança, Barra de Santana, Caturité, Boa Vista, Areal, Montadas, Puxinauã, São Sebastião da Lagoa de Roça, Fagundes, Gado Bravo, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Riachão de Bacamarte, Serra Redonda, Matinhas e Pocinhos, além da cidade-sede, Campina Grande.

Contudo, seus entes estruturantes foram modificados em três novas oportunidades. Na primeira, com a Lei Complementar nº 98, de 2010, que introduziu mais 4 (quatro) municípios: Alcantil, Natuba, Santa Cecília e Umbuzeiro. Na segunda, com a Lei Complementar nº 106, de 2012, que criou a RM de Esperança, excluindo (seis) municípios: Alagoa Nova, Areal, Esperança, Montadas, Pocinhos e São Sebastião da Lagoa da Roça. Na terceira, a Lei Complementar nº 118, de 2013, que instituiu a RM de Itabaiana, reduzindo 2 (dois) municípios: Ingá e Riachão do Bacamarte. Portanto, atualmente, conta 19 municípios integrantes.

Apesar das reduções sofridas, desde sua institucionalização, os 19 municípios que fazem parte da RM, somam 640.501 habitantes em 2019 – segundo estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contra 502.159 no ano de sua criação. Campina Grande, núcleo metropolitano, denota 409.731 (60%) pessoas, seguida de longe por Queimadas com 43.967 habitantes (quase 7%).

A RM de Campina Grande parece ser fruto de um “surto legislativo” que a instituiu sem observar critérios mínimos plausíveis, como constado através da população distribuída de maneira desequilibrada entre os entes desta metrópole. Portanto, faz-se necessário o estudo para

saber de fato se a institucionalização foi efetivada seguindo os requisitos como população, pendularidade, urbanização, entre outros, conforme previsto no Estatuto das Metrôpoles.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar o movimento pendular na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG). Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, este trabalho é composto por mais três seções. A próxima revisa os distintos conceitos e desenvolvimentos acerca do tema metrópole em nível internacional e nacional. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos. A quarta analisa a mobilidade pendular na RM de Campina Grande. Por fim, a última traz as considerações finais deste estudo.

2. REVISÃO DOS CONCEITOS E DESENVOLVIMENTOS ACERCA DO TEMA METRÓPOLE

A estipulação de conceitos que definem uma metrópole e, conseqüentemente, uma região metropolitana não é de hoje um dos principais pontos de discussão, bem como objeto de estudo de diversos autores nacionais e internacionais, e de maneira interdisciplinar. Portanto, cabe apresentar referências relevantes que dignifiquem os dois âmbitos nas duas seções que se seguem.

2.1 Estudos Internacionais

As concepções do termo metrópole podem ser enumeradas em diversas línguas, mas um ponto chave a mencionar é que, em grande parte delas, o termo faz referência à origem grega “metro”, entendida como a cidade-mãe, a progenitora (AGUIBEVOTA, 2005-2006).

Para Campos (2018), há características que resumem, na grande maioria dos casos, elementos presentes na dinâmica de definição de uma região metropolitana, como a proximidade de entidades político-administrativas, caso dos municípios, mas que, além de circunvizinhos, estejam ligados econômico e socialmente, pois de nada adiantaria consolidar uma região pautado apenas na localização.

Ainda é possível verificar duas vertentes mais específicas. De um lado, a presença de uma massa populacional considerável, em conjunto de uma concentração de serviços econômicos no centro urbano. Por outro lado, e como desdobramento do primeiro, a cidade central deve exercer influência sobre os demais municípios vizinhos (CAMPOS, 2018).

Ademais, a evidência migratória já serviu de base para explicar fenômenos de inchamento e crescimento desordenado das cidades, como ocorreu durante a Revolução Industrial. Não obstante, a temática que envolve os estudos das metrôpoles também verificou que esses fluxos migratórios são componentes afins do processo de metropolização que vêm ocorrendo nas cidades (RÍOS, 2014).

A metropolização é um processo que abarca não apenas o aspecto urbano, mas que envolve também traços cotidianos da vivência e da necessidade humana. Cada vez mais, é visto o deslocamento de pessoas que moram em uma cidade, mas por questões trabalhistas ou educacionais precisam se deslocar diariamente para outro território, esses são os movimentos pendulares, um dos aspectos mais relevantes a serem observados para a significação de uma metrópole (ESCAMILLA, 2013).

A existência de diversas concepções acerca da significação do que seria uma região metropolitana pode trazer à tona diferentes formas de analisar o objeto de estudo, uma vez que, além do manuseio de dados estatísticos, uma gama de perspectivas e processos metodológicos podem ser utilizados que, conseqüentemente, podem trazer resultados diversos, como expõe Tonev et al. (2017):

Defining metropolitan areas is a relatively complicated technical and statistical matter in the geographical sciences. The method, or methods, used depend on not only th availability

of statistical data, spatial perspective and other area specifics, but also on the author's original approach. If certain methodical rules are maintained, even considerably different approaches can be considered relevant (TONEV et al., 2017, p. 108).

Mulíček et al. (2013), analisa duas extensões territoriais, a Região Metropolitana de Brno e a Aglomeração do Assentamento Jihlava, com base em 5 (cinco) importantes indicadores para que se possa considerar, minimamente, uma área, como sendo uma região metropolitana, os quais: i) o trabalho pendular, leva em conta a população economicamente ativa; ii) o deslocamento escolar, considerando indivíduos de 6 a 14 anos; iii) os fluxos de migração; iv) a acessibilidade ao transporte rodoviário público e; v) o uso do transporte pessoal.

Outro estudo realizado na República Tcheca, por Kladivo et al. (2015), considerou para a análise dois passos. Inicialmente, foi feito um apanhado de dados qualitativos relativos à distribuição educacional e ao desenvolvimento tecnológico. O segundo passo levou em conta a verificação de atributos como a pendularidade para o trabalho, a quebra de barreiras entre o meio urbano e o meio rural e o processo de continuidade territorial dado pela interação entre os entes participantes.

É de se esperar que, em diferentes localidades do globo terrestre, a conceituação possa deoar. Nos Estados Unidos da América, existe um órgão que tem a função de denominar se um agrupamento de localidades se encaixa no que se preceitua como região metropolitana, o Office of Management and Budget (OMB). Em 2010, a definição é atrelada pela capacidade dos núcleos metropolitanos reter um certo percentual de trabalhadores dos condados periféricos, em que o condado central deve possuir, pelo menos, 25% dos trabalhadores morando em sua sede (INGRAM, 2014).

A denotação do termo região metropolitana é cheia de nuances, estas que podem variar conforme o período histórico que está sendo colocado em pauta. Para Bronger (2004), com o desenvolvimento da tecnologia e o processo de globalização, a interconectividade das atividades elevaram-se a outro patamar e esse é justamente o motivo pelo qual o processo de metropolização se acentua, com vista a integrar-se não apenas funcionalmente (saúde, educação e trabalho) mas também populacionalmente, como ocorre nas megacidades asiáticas.

Em termos metodológicos a definição de área metropolitana dada por Bronger (2004), está pautada em alguns requisitos básicos, como uma população mínima de 1 (um) milhão de habitantes, uma densidade populacional mínima de 2 (dois) mil habitantes por km², além de uma estrutura monocêntrica, uma metrópole que exerce influência sobre os entes periféricos.

Para Moreno (2017), a conceituação do termo é muito evasiva e complicada, não cabendo apenas ter em mente aspectos referentes ao quantum de população existente na localidade ou a densidade populacional ali presente. O termo extrapola vieses quantitativos, pois a conurbação é um elemento de suma importância a ser considerado, que resulta numa multiplicidade jurídica/geográfica entre os municípios, bem como os envolve em processos socioeconômicos. Ou seja, aspectos quantitativos são válidos, mas a premissa de uma região metropolitana deve estar pautada na sua capacidade de interagir com os municípios vizinhos, a fim de proporcionar elementos de governança para o desenvolvimento sustentável.

2.2 Estudos Nacionais

A literatura nacional também é rica em conceitos sobre metrópole, assim como a internacional. Filho (2018) relata que a natureza do termo metrópole é polissêmica, isso quer dizer que a definição pode variar de acordo com o ponto de vista de cada autor, mas que, apesar disso, traz consigo estruturalmente conceitos de estágios passados de evolução, bem como de processos envolvendo pessoas e relações econômicas.

Desde o período colonial, o termo metrópole foi usado economicamente como referência para designar um estado de superioridade em relação à colônia. Com o avanço do

capitalismo e o desenvolvimento industrial, o termo, propriamente dito, foi sendo deixado de lado, mas a sua concepção permaneceu presente. Da mesma forma pode ser visto diante de um processo de metropolização urbana, a qual ressignifica, em âmbito interno, a relação colonial mencionada, uma vez que a metrópole é um ente que possui superioridade e exerce influência sobre aqueles que estão nos seus limites (SPÓSITO, 2010).

A metropolização se transpõe como um novo formato de urbanização, que abarca não somente aquelas cidades tidas como evoluídas, mas também as que se encontram nesse processo ou por, simplesmente, situar-se próximas àquelas. São as que fazem parte deste último aspecto que exaltam a metrópole como centro urbano, uma vez que ela é capaz de atrair não somente capital e trabalho, mas também pessoas, como mostra Lecione (p. 136, 2011), “O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas.”.

Com o desenvolvimento econômico, é plausível esperar que as funções conduzidas em um determinado espaço transcendam este e passe a interferir nos demais a sua volta, tanto demograficamente (atração de pessoas) quanto economicamente (atração de mercadorias e serviços). É diante dessa situação que uma ação minuciosamente pensada pode ser colocada em prática, o caso da institucionalização de uma região metropolitana. Essa atitude contribui para o planejamento articulado de uma metrópole, que está exorbitando seu espaço e influenciando os entes próximos, e os entes que estão sendo afetados pela dinâmica imposta pelo ente central (MOURA et al., 2006).

Assim como a metrópole pode ser vista como uma estrutura urbana que, isoladamente, exerce sua influência sob as demais cidades vizinhas, essa mesma influência pode acabar gerando um processo de conurbação que finda numa relação de proximidade e interdependência considerável que se torna mais interessante sua vinculação a essas estruturas circunvizinhas. A partir disso, surge a Região Metropolitana, de sorte que a metrópole exerce, agora, um papel de conectividade mais próxima, não apenas economicamente, como também através da saúde, da educação, do transporte, da cultura, da comunicação e de meio de implementação de política pública de desenvolvimento regional (CUNHA, 2015).

A cidade-sede da RMCG, Campina Grande, elenca-se no Região de Influência de Cidades (REGIC) no segundo nível de influência, o de Capital Regional, exercendo influência de maneira regional, ou seja, tanto no seu estado como em estados vizinhos. Dentro do segundo nível, estão as classificações de Capital Regional A, B e C, sendo que Campina Grande está colocada nesta última (IBGE, 2018).

Da mesma forma que a abordagem teórico-conceitual do termo região metropolitana sofre diferenciações em trabalhos internacionais, ocorre no Brasil. Tal conceituação é vista, por Galvão et al. (1969), como uma integração social e econômica entre os municípios que criam uma espécie de coalizão de interesses, pautados na prerrogativa de enfrentamento conjunto de problemas que rodeiam a convivência social, de modo que a sua atuação, a partir de um modelo planejado, possa oferecer base para solução dos problemas.

Para Freitas (2009), a concepção de região metropolitana parte da análise que envolve um processo de desenvolvimento não apenas teórico, mas também das sociedades. A ideia mais antiga do termo já evidencia a capacidade de interconexão e superioridade; no entanto, os processos de urbanização, metropolização e de conurbação foram os elementos que ditaram a dinâmica até o ponto-chave do conceito.

Assim, uma série de requisitos mínimos devem ser levados em consideração para instituir uma região metropolitana que convenha com a realidade, dentre eles: população urbana mínima de 1 milhão de pessoas; processo de conurbação evidente ou iminente; grau de urbanização mínimo de 80%; relevância regional e nacional no tocante à oferta de bens e

serviços; interdependência entre os entes, baseados na orientação conjunta de estruturas urbana, econômicas e sociais, além de claros movimentos pendulares e migratórios (FREITAS, 2009).

Uma importante consolidação legal alcançada no cenário brasileiro foi a criação da Lei 13.089, conhecida como Estatuto das Metrôpoles, considerável passo para a regulamentação e base legal para a idealização e colocação em prática de projetos que visem consolidar o meio urbano como fonte de interconexão e planejamento, não somente se tratando de regiões metropolitanas, abarcando também aspectos referentes às aglomerações urbanas, metrôpoles, governança interfederativa Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI) (BRASIL, 2015).

O artigo 2º do Estatuto das Metrôpoles, importante dispositivo legal acerca do tema, apesar de bem enxuto, traz algumas conceituações básicas importantes para a temática. Caso da aglomeração urbana, que é vista como uma união de, no mínimo, 2 (dois) municípios. De forma complementar, a definição exposta acerca da região metropolitana traz à tona esse agrupamento de municípios, mas que, além disso, devem organizar-se para que a execução das funções públicas seja posta em prática de maneira interconectada (BRASIL, 2015).

Considerando ainda a exposição feita pelo citado dispositivo legal, é de suma importância salientar que a gestão compartilhada dos entes que constituem a região metropolitana necessita de um aparato formalizado que sirva de base para o contínuo planejamento, a viabilização de recursos econômico-financeiros, além do firmamento de diretrizes e projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial, caso do PDUI. No entanto, neste quesito, a RMCG deixa a desejar, uma vez que, mesmo criada em 2009 (antes da Lei), até o ano de 2022 não teve seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado criado, elemento que pesa na dinâmica de governança interfederativa (BRASIL, 2015).

A região metropolitana deve ser marcada por um município tido como cidade-polo. Essa cidade deve possuir o *status* de metrópole, isso quer dizer que os demais municípios integrantes circunvizinhos estão subordinados de alguma maneira a este ponto central, mas isso não quer dizer que não possuam autonomia. A cidade central pode estabelecer influência sob diversas óticas sobre os seus membros, seja um polo de atração de consumo, seja de produção, ou simplesmente apresente-se como uma área de densa urbanização, fator que desencadeia grande papel integralizador na região (PINHEIRO et al., 2017).

Na visão de Soares (2018), a conceituação administrativo-jurídica não consegue definir o que seria uma região metropolitana em pleno século 21, uma vez que, além de incorporar elementos como atração de capital, pessoas e processos de urbanização e conurbação, a evolução da sociedade fez com que aspectos da nova era capitalista se instalassem nessas áreas, como é o caso das economias cultural-cognitivas, que são pautadas em elementos da 3ª revolução técnico-científica (como a organização baseada na tecnologia e na internet) e das culturas de massa; e dos processos de gentrificação, que é a valorização de áreas que acabam por afastar dos centros urbanos as áreas rurais.

As nuances que a definição de área metropolitana revela é vista, na perspectiva de Firkwoski (2012), como uma forma de articular-se politicamente sob o pano de fundo de uma dimensão benevolente de enfrentamento comunitário acerca dos desníveis sociais e econômicos.

Santos Filho (2018) complementa o pensamento de Firkwoski com a ideia de que a brecha deixada pela Carta Magna, em atribuir autonomia aos estados poder para instituir regiões metropolitanas, mostra-se também diante do poderio legal de se sobrepor aos requisitos teóricos, uma vez que nem mesmo o diploma legal revela uma conceituação clara e detalhada.

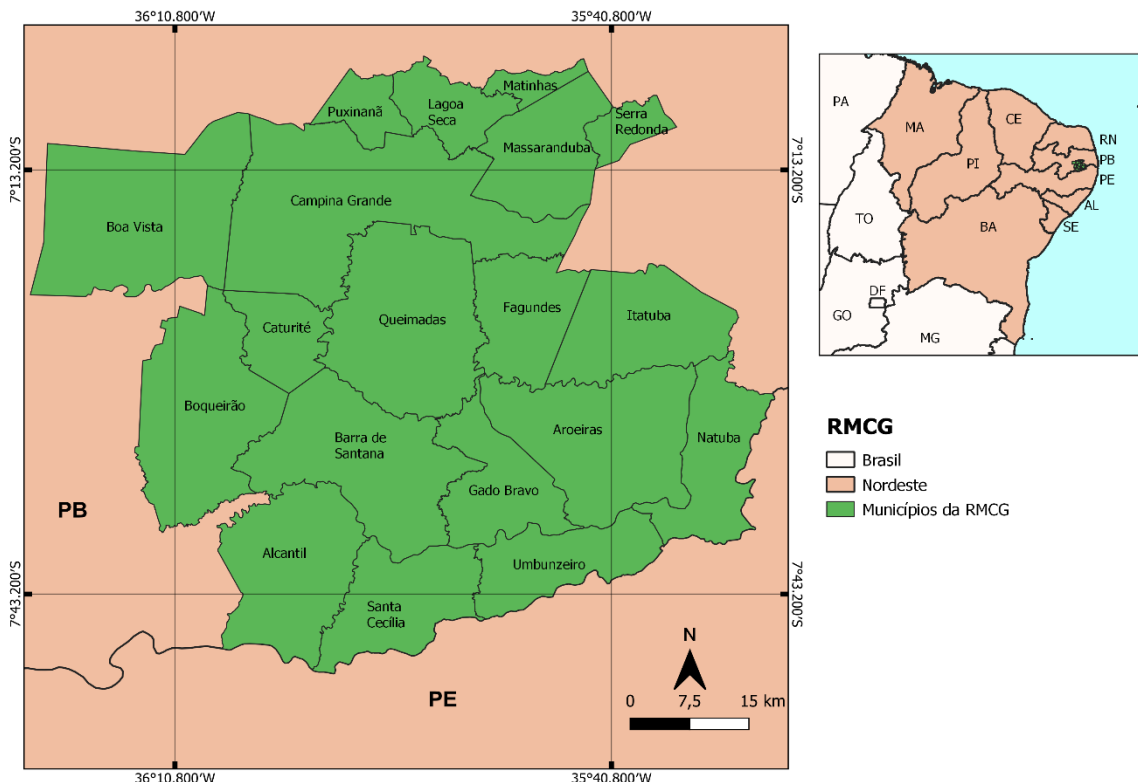
3. Procedimentos metodológicos

3.1 Recorte espacial, temporal e fonte de dados

A Região Metropolitana de Campina Grande (Mapa 1), composta por dezenove municípios e uma população de 606.407 em 2010, é a área de estudo deste projeto. Por sua vez, o recorte temporal contempla o ano de 2010, último ano de divulgação do Censo Demográfico brasileiro.

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica para atender aos aspectos iniciais deste trabalho e fundamentar os resultados. Além disto, foi feita manipulação de microdados do Censo Demográfico 2010, com o uso do software SPSS, aliada ao software Excel, que servirão de base para exposição de indicadores relevantes para a temática, portanto trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva.

Mapa 1: Localização da Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG)



Fonte: Elaboração própria, a partir da malha municipal do IBGE.

3.3 Definições adotadas no estudo

Mobilidade pendular – indivíduo (natural ou não natural) da RMCG, com dez anos ou mais de idade, que reside em um município e trabalha e/ou estuda em outro município da mesma área metropolitana.

Núcleo-entorno – Deslocamentos do núcleo metropolitano (Campina Grande) em direção aos municípios localizados no entorno metropolitano.

Periferia-centro – Deslocamentos dos municípios do entorno metropolitano em direção ao núcleo metropolitano (Campina Grande).

Polos atrativos – Municípios integrantes da área metropolitana, inclusive o núcleo metropolitano (Campina Grande), que predominam quanto a receptividade da mobilidade diária.

3.3 Matriz pendular

Em relação ao cálculo do volume de pessoas que praticam o movimento pendular foram elaboradas matrizes com os dezenove municípios que fazem parte da RMCG. Portanto, a matriz pendular referente a área de estudo é sumarizada da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} a_{11} & \dots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \dots & a_{jj} \end{bmatrix} \quad (1)$$

A_{ij} = saída do município i para o município j

$\sum_{j=1}^{19} a_{1j}$ = Total de pessoas que saem do município 1 para os demais municípios da RMCG.

$\sum_{i=1}^{19} a_{i1}$ = Total de pessoas que chegam dos demais municípios da RMCG para o município 1.

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \dots = a_{jj} = 0$$

4. Pendularidade na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG)

Os deslocamentos pendulares são eventos presentes em toda a dinâmica humana de interação com o meio, uma vez que nem sempre se encontra o que se deseja onde se está, o que se faz necessário o deslocamento para outra localidade. No caso em tela, observou-se a relativização dos movimentos pendulares considerando os quesitos trabalho e estudo, na Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), no ano de 2010, conforme elucidada a Matriz 1. Tal matriz aponta que 20.938 pessoas realizaram movimentos pendulares por esses dois motivos.

No centro da análise, destaca-se o município de Campina Grande, que recebeu sozinho 15.717 pessoas, registro que caracteriza cerca de 75% de todo o montante pendular da RMCG. Ainda na dinâmica receptora pendular, os municípios de Lagoa Seca (900), Queimadas (757) e Puxinanã (607) seguem a cidade-sede, embora não se aproximem do quantitativo esboçado. No tocante à dinâmica de saída, tem-se o município de Queimadas como líder, marcando 5.655 pessoas saindo da localidade, um percentual de 27% do todo. Enquanto isso, os municípios de Lagoa Seca (3.981), Campina Grande (2.586) e Puxinanã sucedem o ranking de maiores emissores pendulares da RMCG. No que diz respeito ao saldo pendular, apenas quatro localidades conseguem manter-se positivas – Campina Grande (13.131), Barra de Santana (125), Gado Bravo (22) e Alcantil (7). Por outro lado, 15 municípios mais tiveram pessoas deslocando-se pendularmente para fora, em especial Queimadas (-5.214), Lagoa Seca (-3.081) e Puxinanã (-1.723).

Matriz 1: Mobilidade Pendular na RMCG por motivo de trabalho e estudo – 2010

		Município de trabalho e estudo																			
		Alcantil	Aroeiras	Barra de Santana	Boa Vista	Boquei	Campi. Grande	Caturité	Fagun.	Gado Bravo	Itatuba	Lagoa Seca	Massa	Mati.	Natuba	Puxina.	Queim.	Santa Cecília	Serra Redonda	Umbu.	Total Saída
Município de residência	Alcantil	0	0	6	0	3	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	0	0	62
	Aroeiras	0	0	0	0	0	377	0	0	169	32	10	0	0	29	0	18	0	0	32	667
	Barra de Santana	0	0	0	0	10	126	34	0	28	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	215
	Boa Vista	0	0	0	0	0	380	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	383
	Boqueirão	0	6	38	5	0	516	99	0	0	0	5	3	0	0	0	57	0	0	5	734
	Campina Grande	28	48	69	207	165	0	70	181	38	16	532	209	43	9	308	558	0	58	47	2.586
	Caturité	0	0	0	0	135	202	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	353
	Fagundes	0	23	0	0	0	392	0	0	0	34	17	0	0	0	0	20	0	0	0	486
	Gado Bravo	0	73	62	0	0	110	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	12	284
	Itatuba	0	6	0	0	0	132	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	172
	Lagoa Seca	0	0	8	0	20	3.517	0	0	0	0	0	115	13	0	299	9	0	0	0	3.981
	Massaranduba	0	0	0	0	0	1.455	0	0	0	0	119	0	23	0	0	5	0	66	0	1.668
	Matinhas	0	0	0	0	0	190	0	0	0	0	48	75	0	0	0	0	0	0	0	313
	Natuba	0	6	0	0	0	32	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	11	55
	Puxinanã	0	0	19	0	5	2.138	0	0	0	0	144	0	0	0	0	24	0	0	0	2.330
	Queimadas	0	51	129	0	0	5.655	55	0	59	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	5.971
	Santa Cecília	41	0	9	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	98
	Serra Redonda	0	3	0	0	0	319	0	0	0	0	0	102	0	0	0	0	0	0	0	424
	Umbuzeiro	0	7	0	0	0	122	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	156
	Total chegada	69	223	340	212	338	15.717	258	215	306	88	900	504	79	38	607	757	21	124	142	20.938
Saldo Pendular	7	-444	125	-171	-396	13.131	-95	-271	22	-84	-3.081	-1.164	-234	-17	-1.723	-5.214	-77	-300	-14	0	

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

É evidente a preponderância do centro metropolitano em relação aos demais entes constitutivos da RMCG quando se trata do peso atrativo de indivíduos, o que se denota é uma forte percepção do conceito de cidade-dormitório, exposto por Ojima et al. (2010), em que nesse caso as pessoas deslocam-se de suas localidades em direção a um centro metropolitano para poder executar suas atividades rotineiras, como trabalhar e estudar, e retornam para suas residências apenas para dormir. Portanto, no caso desse estudo, os municípios que apresentam uma forte tendência a se encaixar nesse conceito são os de Queimadas, Lagoa Seca e Puxinanã, em razão de revelar um alto déficit pendular, perdendo muitos trabalhadores e estudantes para a cidade-sede, justificado pelo interesse trabalhista, pela presença de um importante centro tecnológico, bem como pelo interesse estudantil, já que Campina Grande conta com diversos centros educacionais.

A Matriz 2 é responsável por trazer à tona a especificidade do movimento pendular que considera apenas aqueles que se deslocam por motivo de trabalho dentro da RMCG, no ano de 2010. Nesse diapasão, 13.510 pessoas movimentaram-se dentro da Região Metropolitana de Campina Grande.

Considerando o quantitativo de indivíduos que chegam na localidade por motivo de trabalho, o município de Campina Grande ainda se mantém de longe como destaque, uma vez que 10.524 pessoas se deslocam até o município, soma que traduz mais de 77% da totalidade observada. Embora distantes do quantitativo da cidade-sede, os municípios de Queimadas (579), Lagoa Seca (517) e Puxinanã (288) ainda são os que apresentam melhores resultados do lado receptor. Sob outra perspectiva, o município de Queimadas revela-se como o que mais emite indivíduos no quesito deslocamento por motivo de trabalho com um total de 4.450, acompanhado por Lagoa Seca (2.769), Campina Grande (2.071) e Puxinanã (1.413). Considerando o saldo pendular, agora oito municípios conseguiram atingir a marca positiva, ainda que alguns com baixa expressividade, Campina Grande novamente com melhor saldo (8.453). Em contrapartida, o balanço negativo foi mais equilibrado, com 11 municípios nessa situação, os de Queimadas (-3.871), Lagoa Seca (-2.252) e Puxinanã (-1.125) repetiram o feito desfavorável.

É certo que a cidade-sede, Campina Grande, esboçou os melhores resultados em praticamente todas as observações feitas nesta pesquisa, portanto, não seria diferente neste tópico. Tendo em vista o seu dinamismo econômico, como fora relatado no capítulo 3, nos tópicos relacionados ao PIB, PIB per capita, Renda per capita e Rendimento médio dos ocupados, a dinâmica de atratividade por motivo de trabalho tem sua relevância justificada em razão da sua capacidade produtiva, que perde apenas para a capital do estado (João Pessoa), contudo, se abrilhanta como sendo um dos maiores centros tecnológicos do Nordeste, com destaque na área de software, como em ramos de geoprocessamento, biotecnologia e eletroeletrônica que, aliada a uma política de isenção parcial sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS), consegue atrair empresas do ramo e mão de obra qualificada. Não obstante, por volta de 70% das empresas do Parque Tecnológico da Paraíba estão situadas no território de Campina Grande (ANJOS, 2017).

Outrossim, o Parque Tecnológico da Paraíba (PAQTCPB) passará por uma reestruturação e expansão do seu complexo, que corroborará com o desenvolvimento regional da Paraíba, inovação tecnológica e impacto social. Estima-se que o impacto econômico e social pela atração e abrigo de 200 a 300 novas empresas será principalmente na criação de empregos, na ordem de 2 (dois) a 3 (três) mil empregos diretos. T tamanha reestruturação foi aprovada e está encaminhada durante o decênio 2020-2030 e, sem dúvidas, consolidará a posição de Campina Grande como um grande centro atrativo de deslocamentos pendulares por motivo de emprego (PAQTCPB, 2020).

Matriz 2: Mobilidade Pendular na RMCG por motivo de trabalho – 2010

		Município de trabalho																			
		Alcantil	Aroeiras	Barra de Santana	Boa Vista	Boquei	Campi. Grande	Caturité	Fagun.	Gado Bravo	Itatuba	Lagoa Seca	Massa	Mati.	Natuba	Puxina.	Queim.	Santa Cecília	Serra Redonda	Umbu.	Total Saída
Município de residência	Alcantil	0	0	6	0	3	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	27
	Aroeiras	0	0	0	0	0	121	0	0	22	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	153
	Barra de Santana	0	0	0	0	10	84	0	0	11	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	117
	Boa Vista	0	0	0	0	0	161	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	164
	Boqueirão	0	6	22	5	0	203	63	0	0	0	0	3	0	0	0	42	0	0	5	349
	Campina Grande	28	48	54	189	116	0	70	145	30	16	425	145	43	9	182	474	0	58	39	2.071
	Caturité	0	0	0	0	44	147	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	198
	Fagundes	0	13	0	0	0	168	0	0	0	34	5	0	0	0	0	6	0	0	0	226
	Gado Bravo	0	24	7	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	85
	Itatuba	0	6	0	0	0	43	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	54
	Lagoa Seca	0	0	8	0	12	2.608	0	0	0	0	0	13	13	0	106	9	0	0	0	2.769
	Massaranduba	0	0	0	0	0	1.048	0	0	0	0	9	0	10	0	0	5	0	56	0	1.128
	Matinhas	0	0	0	0	0	96	0	0	0	0	10	2	0	0	0	0	0	0	0	108
	Natuba	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Puxinanã	0	0	9	0	5	1.337	0	0	0	0	43	0	0	0	0	19	0	0	0	1.413
	Queimadas	0	36	32	0	0	4.316	28	0	16	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	4.450
	Santa Cecília	10	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	26
	Serra Redonda	0	0	0	0	0	105	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0	121
	Umbuzeiro	0	7	0	0	0	26	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45
	Total chegada	38	146	147	194	190	10.524	161	150	91	55	517	179	66	14	288	579	6	114	51	13.510
Saldo Pendular	11	-7	30	30	-159	8.453	-37	-76	6	1	-2.252	-949	-42	8	-1.125	-3.871	-20	-7	6	0	

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

O estabelecimento de um centro tecnológico que se expande no território de Campina Grande também traz reflexos nas áreas administrativas circunvizinhas, isso quer dizer que o vultoso aparato gerador de empregos atrai pessoas que estão em localidades próximas em busca de melhores oportunidades, e é nesta relação que o destaque atrativo da cidade-sede por motivo de trabalho se vê alimentado, pois as 3 (três) cidades que ressaltaram os piores saldos pendulares por motivo de trabalho fazem fronteira com Campina Grande, ou seja, a proximidade territorial favorece o deslocamento pendular para trabalhar e permite a volta para casa, o que faz da cidade-sede um centro econômico dinamizador, como exposto inicialmente por Moura et al. (2006), na sua nuance demográfica e econômica de atratividade, que atravessa os limites do seu espaço e interfere nos demais próximos.

Por fim, a Matriz 3 tratou de expressar os resultados relativos às pessoas que praticam o movimento pendular considerando apenas o quesito por motivo de estudo dentro da Região Metropolitana de Campina Grande, em 2010. Com isso, identificou-se 7.428 pessoas percorrendo as localidades.

O montante de chegada de pessoas por motivo de estudo é direcionado em sua maior parte à cidade-sede da RMCG, contando 5.193 indivíduos, que se refere a 70% de toda a dinâmica pendular, marca que se registrou nas três matrizes. Enquanto isso, a baixa capacidade atrativa pendular dos demais municípios não consegue atingir a marca de 400 pessoas, tendo como melhores performances Lagoa Seca (383), Massaranduba (325) e Puxinanã (319). Por outra via, aqueles municípios que mais têm sua população se direcionando a outra área da RMCG são os de Queimadas (1.521), Lagoa Seca (1.212) e Queimadas (917). Levando em conta o saldo pendular, apenas três municípios conseguiram positivar, contra 16 que negativaram, dentre aqueles estão Campina Grande (4.678), Barra de Santana (95) e Gado Bravo (16), enquanto dentre estes tem-se Queimadas (-1.343), Lagoa Seca (-829) e Puxinanã (-598), novamente marcando a pior série.

Os resultados positivos continuados de Campina Grande na série abordada sempre têm fundamentos na sua própria localização, razão que não se modifica quando se observa a mobilidade pendular considerando apenas motivos de estudo, tendo em vista que, além de possuir um centro econômico e produtivo fortalecido, a concentração de entidades estudantis também são pujantes em seu território, que conta com universidades públicas, como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e universidades particulares, como o Centro Universitário Facisa (UNIFACISA) e a Faculdade Reboças de Campina Grande (FRCG).

Dado o peso atrativo do município de Campina quanto à dinâmica estudantil, é possível ver semelhança com o que expõe Silva; Queiroz e Sidrim (2017), em sua análise desta dinâmica em solo cearense, em específico a Região Metropolitana do Cariri (RMC), no qual aponta a cidade de Crato com características similares de atratividade por motivos de estudo, em razão da presença de um conjunto de universidades em seu território, como a Universidade Regional do Cariri (URCA), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE). Dessa maneira, assim como a cidade de Crato, Campina Grande consegue exercer forte atratividade nesse parâmetro, não só recebendo estudantes de cidade adjacentes (Puxinanã, Lagoa Seca e Queimadas – as que mais perdem pessoas), mas também conseguindo consideravelmente captar indivíduos de municípios mais distantes, como Aroeiras, que perdeu quase 300 estudantes e está há quase 60km de distância da cidade-sede.

Matriz 3: Mobilidade Pendular na RMCG por motivo de estudo – 2010

		Município de estudo																			
		Alcantil	Aroeiras	Barra de Santana	Boa Vista	Boquei	Campi. Grande	Caturité	Fagun.	Gado Bravo	Itatuba	Lagoa Seca	Massa	Mati.	Natuba	Puxina.	Queim.	Santa Cecília	Serra Redonda	Umbu.	Total Saída
Município de residência	Alcantil	0	0	0	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	35
	Aroeiras	0	0	0	0	0	256	0	0	147	27	10	0	0	24	0	18	0	0	32	514
	Barra de Santana	0	0	0	0	0	42	34	0	17	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	98
	Boa Vista	0	0	0	0	0	219	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	219
	Boqueirão	0	0	16	0	0	313	36	0	0	0	5	0	0	0	0	15	0	0	0	385
	Campina Grande	0	0	15	18	49	0	0	36	8	0	107	64	0	0	126	84	0	0	8	515
	Caturité	0	0	0	0	91	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	155
	Fagundes	0	10	0	0	0	224	0	0	0	0	12	0	0	0	0	14	0	0	0	260
	Gado Bravo	0	49	55	0	0	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	12	199
	Itatuba	0	0	0	0	0	89	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118
	Lagoa Seca	0	0	0	0	8	909	0	0	0	0	0	102	0	0	193	0	0	0	0	1.212
	Massaranduba	0	0	0	0	0	407	0	0	0	0	110	0	13	0	0	0	0	10	0	540
	Matinhas	0	0	0	0	0	94	0	0	0	0	38	73	0	0	0	0	0	0	0	205
	Natuba	0	0	0	0	0	32	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	11	49
	Puxinanã	0	0	10	0	0	801	0	0	0	0	101	0	0	0	0	5	0	0	0	917
	Queimadas	0	15	97	0	0	1.339	27	0	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.521
	Santa Cecília	31	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	72
	Serra Redonda	0	3	0	0	0	214	0	0	0	0	0	86	0	0	0	0	0	0	0	303
	Umbuzeiro	0	0	0	0	0	96	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	111
	Total chegada	31	77	193	18	148	5.193	97	65	215	33	383	325	13	24	319	178	15	10	91	7.428
Saldo Pendular	-4	-437	95	-201	-237	4.678	-58	-195	16	-85	-829	-215	-192	-25	-598	-1.343	-57	-293	-20	0	

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2010 - IBGE.

Diante de tudo que foi explicitado, é minimamente razoável considerar que Campina Grande é o município que traz dinamismo para toda a RCMG, inclusive dentro da própria, cumprindo com magnitude o que lhe foi proposto como metrópole, expandindo-se e influenciando os demais entes administrativos que o circundam. Entretanto, este mesmo ‘fardo’ o faz se distanciar economicamente e socialmente dos demais integrantes da RCMG, que é contrário ao propósito institucional de uma região metropolitana, não sendo capaz de dinamizar o fluxo de pessoas com todos os entes, mas atraindo em grande parte. É sob essa perspectiva que novas verificações anseiam para se poder comparar os estudos representados pelo Censo Demográfico de 2010 e o próximo Censo Demográfico que está por vir, viabilizando assim, uma mais precisa formulação de entendimento a respeito do processo evolutivo e integrador da RCMG, seja economicamente, seja socialmente, mas que possa ser capaz de relatar o objetivo de desenvolvimento comum.

5. Considerações finais

Este trabalho se propôs a elucidar, inicialmente, questões referentes à conceituação do termo metrópole e Região Metropolitana, dentre os mais diversos estudiosos do assunto, tanto em nível internacional quanto em nível nacional. Infere-se que o termo possui diversas conceituações, alterando em maior ou menor grau dependendo da área de estudo, do autor e da localização geográfica. No entanto, durante a análise dos diversos conceitos do termo metrópole, encontra-se no caminho convergências de pressupostos básicos, como o quantitativo mínimo de população, grau de urbanização, integração regional, conurbação, bem como a verificação de movimentos migratórios, ou melhor, atração migratória e pendulares.

Tendo em vista a exposição dos conceitos abordados, procurou-se, primariamente, verificar se a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) abarca os requisitos mínimos para a sua institucionalização, entre os quais se fazem presentes no ordenamento legiferante vigente.

Contudo, a análise meramente conceitual não é suficiente para tomar conclusões acerca da institucionalização da RMCG. Assim, faz-se necessário um aprofundamento do estudo para verificar se as questões abordadas conceitualmente projetam-se na prática. Com isso, realizou-se a análise da pendularidade por motivos de trabalho e estudo, a partir de dados secundários do Censo Demográfico 2010, disponibilizados pelo IBGE.

A dinâmica pendular evidencia a superioridade de Campina Grande em relação aos demais municípios pois, nas qualificações de mobilidade por motivo de trabalho e estudo, apenas por motivo de trabalho e apenas por estudo, o quantitativo que se desloca para o município de Campina Grande representa, no mínimo, 70% de todos trabalhadores e estudantes, esboçando preponderância sobre todos os entes que compõem a RMCG.

Portanto, é difícil afirmar que a institucionalização da Região Metropolitana de Campina Grande esteve pautada em elementos econômicos e sociais de coalizão, uma vez que a desarmonia entre os entes constitutivos prioriza o ente administrativo central, revelando discrepância na atuação e se destacando somente no deslocamento pendular.

Espera-se que, no futuro, mais trabalhos nessa área possam elucidar a possível evolução do cenário nessa RM, ou confirmar um possível interesse político que, se aproveitando de um embaraço legislativo, resolveu instituir regiões metropolitanas desenfreadamente sem observar critérios objetivos pautados em estudos/pesquisas, ao invés de uma mera proximidade territorial.

Referências

ANJOS, Renato Lima dos. **O desempenho da Paraíba no contexto da economia Nordeste (2002-2015)**. Monografia (UFPB), João Pessoa, 2017. Disponível em: 10 de Janeiro de 2023.

BRASIL. Lei 13.089, de 12 de Janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a lei 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Diário Oficial da União (DOU)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

BRONGER, Dirk. **Metropolen, Megast dte, Global Cities: Die Verst dterung der Erde**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2004.

CAMPOS, Gonzalo Santiago. **Zona metropolitana: una nueva forma de administración**. Artigo, XXVII Legislatura Federal Reconstruyendo la Nación, México, 2018. Disponível em: <http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/content/download/121475/609283/file/Zona%20metropolitana%20una%20nueva%20forma%20de%20administraci%20n.pdf>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

CASTRO, Francisca Fernanda Batista de; HOLANDA, Virginia Celia Cavalcante de. INSTITUCIONALIZA O E METROPOLIZA O DO ESPAÇO NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM DEBATE NECESSÁRIO. **Dialnet**, Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos, n.29, p.52-73. Nov. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7322232.pdf>. Acesso em: 7 de Outubro de 2021.

CUNHA, Débora Ferreira da. **REGIÃO METROPOLITANA: APENAS UMA ESTRUTURA TERRITORIAL LEGALIZADA?**. Encontro Nacional da ANPEGE, XI, 2015, São Paulo. Anais, p.5944-5954. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/20/562.pdf>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

ESCAMILLA, Jorge Alberto Montejano. Nuevos procesos de metropolizaci n del territorio. Espacialidades. **Revista de temas contemporâneos sobre lugares, política y cultura**, v.03, n.02, p.36-66. Jul-Dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=419545120002>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

FILHO, José Maria Marques de Melo. O PROCESSO DE METROPOLIZA O E A METRÓPOLE: APONTAMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE BRASILEIRA. **Revista Geografia Meridionalis**, v.04, n.02, p.104-125. Jul-Dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/14118>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Hum@nae**, v.1, n.3, p. 44-53. Dez. 2009. Disponível em: <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/download/54/29>. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

GALVÃO, Marília Velloso et al.  reas De Pesquisa Para Determina o De  reas Metropolitanas. **Revista Geográfica**, n.70, p.57-89. 1969. Disponível em: www.jstor.org/stable/40992990. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

INGRAM, Gregory K. **Defining Metropolitan and Megapolitan Areas**. Artigo, Beijing Forum 2014: Toward the Harmonious Development and Mutual Prosperity of Metropolitan Areas, China, 2014. Disponível em: https://www.lincolnst.edu/sites/default/files/pubfiles/2488_1835_Ingram%20WP14GI1.pdf. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

KLADIVO, Petr; PTÁČEK, Pavel, ROUBÍNEK, Pavel. TI Ostravské aglomerace: Vymezení území Ostravské aglomerace. **Katedra geografie**, Přírodovědecká fakulta UP v Olomouci, 17. listopadu 12, 771 46 Olomouc, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316037385_Vymezeni_uzemi_Ostravske_aglomera ce. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

MORENO, Eduardo López. Concepts, definitions and data sources for the study of urbanization: the 2030 Agenda for Sustainable Development. **Head Research and Capacity Development**, UN-Habitat, 2017. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/unpd_egm_201709_s2_paper-moreno-final.pdf. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

MOURA, Rosa; DIÓCLES, Libardi; BARION, Maria Isabel. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS: qual o sentido?. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.111, p.129-143. Jul-Dez. 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813496.pdf>. Acesso em: 7 de Outubro de 2021.

MULÍČEK, Ondřej; SEIDENGLANZ, Daniel; FRANKE, Daniel; MALÝ, Jiří. **Vymezení funkčního území Brněnské metropolitní oblasti a Jihlavské sídelní aglomerace**. Statutární město Brno - Magistrát města Brna - Otevřená data, 2013. Disponível em: https://www.brno.cz/fileadmin/user_upload/sprava_mesta/Strategie_pro_Brno/doplnujici_studie/BMO_JSA_vymezeni_2013_web.pdf. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

OJIMA, Ricardo et al. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2023.

PAQTCPB – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. Relatório de Atividades 2020. Disponível em: https://www.paqtc.org.br/arquivos/Relatorio_anual_2020_PaqTcPB.pdf. Acesso em: 10 de Janeiro de 2023.

PINHEIRO, Samuel Tavares et al. O SONHO DA METRÓPOLE: A CRIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL, CE. **REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA** (Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles), UFRN, Março, 2017. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST1/o_sonho_da_metropole.pdf. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

RÍOS, Alberto Arellano. La definición jurídica del fenómeno metropolitano en el ámbito subnacional mexicano. **Opinión Jurídica**, Vol. 13, N° 26, pp. 91-108, Medellín, Colombia,

Jul/Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ojum/v13n26/v13n26a07.pdf>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.

SANTOS, Alexandre Eduardo; PEIXINHO, Dimas Moraes. PROCESSO DE CONURBAÇÃO: ELEMENTOS ESPACIAIS DO FENÔMENO EM ÁREA NÃO METROPOLITANA. **Revista Estudos Geográficos**. v.13, n.1, p. 35-52, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/10090>. Acesso em: 26 de Abril de 2022.

SANTOS FILHO, Cícero. **REGIÕES METROPOLITANAS DE ALAGOAS: ENTRE OS MOTIVOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E A DINÂMICA DE INTEGRAÇÃO**.

Dissertação (Pós-Graduação), UFAL, 2018. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2997/1/Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Alagoas%20-%20entre%20os%20motivos%20da%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20din%C3%A2mica%20da%20integra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

SILVA, J. G.; QUEIROZ, S. N.; SIDRIM, R. M. S. Mobilidade Pendular na Região Metropolitana do Cariri. **Economia & Região**, Londrina (Pr), v.9, n.2, p.211-231, jul./dez. 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/352198970_Mobilidade_Pendular_na_Regiao_Metropolitana_do_Cariri. Acesso em: 10 de Janeiro de 2023.

SOARES, Dalva Marçal Mesquita; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. A CRIAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS-TO: CRITÉRIOS E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA -NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA**, v.4, n.2, p.16-32, 2018. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/6387/14609>. Acesso em: 1 de Outubro de 2021.

TONEV, Petr; DVOŘÁK, Zdeněk; ŠAŠINKA, Petr; KUNC, Josef; CHALOUPOKOVÁ Markéta; ŠILHAN, Zdeněk. DIFFERENT APPROACHES TO DEFINING METROPOLITAN AREAS (CASE STUDY: CITIES OF BRNO AND OSTRAVA, CZECH REPUBLIC). **Geographia Technica**, Vol. 12, Issue 1, pp 108 to 120, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315905216_Different_approaches_to_defining_metropolitan_areas_Case_study_cities_of_Brno_and_Ostrava_Czech_Republic. Acesso em: 24 de Setembro de 2021.